

Um acerto que só terá efeito a curto prazo

Ninguém se iluda: o acerto com o Clube de Paris, entidade que reúne os governos credores, foi o suficiente apenas para permitir que o Brasil mantenha o nariz acima da linha d'água. Embora tenham concordado com o reescalonamento de praticamente toda a dívida, os credores não ultrapassaram os limites do curto prazo. Em julho, o governo brasileiro terá que voltar a discutir toda a dívida outra vez.

Essa atitude reflete uma falta de confiança dos credores na política econômica do governo a prazo mais longo. Reflete a convicção de que o governo brasileiro não mostrou, de maneira convincente, como vai administrar sua economia e como vai pagar sua dívida no futuro.

Tudo indica que a nova etapa da renegociação da dívida externa, agora com os bancos privados, também vá chegar a esse mesmo tipo de solução. Muito dificilmente será uma consolidação plurianual da dívida, como quer o governo brasileiro. Ao contrário, os credores deverão concordar, no máximo, com empurrar o vencimento do total da dívida, vencida e a vencer, para pouco mais de um ano. Talvez aceitem baixar em alguma coisa o spread (taxa de risco cobrada sobre os juros) e, até, em fornecer um pouco de dinheiro novo. Em última análise, o que está pintando não é uma solução duradoura mas apenas um novo adiamento insatisfatório dos vencimentos.

O problema é aqui

Não é preciso ser uma sumidade em economia e em finanças internacionais para entender que o problema está mesmo aqui e não lá fora. A verdade é que não temos política econômica.

Essas reuniões de líderes empresariais e sindicalistas com o ministro Almir Pazzinotto não estão levando a nenhum lugar. Aliás, as propostas que estão sobre a mesa não resolvem nenhum dos grandes problemas econômicos que estão aí. Tentam apenas adiar o estouro da inflação com uma trégua de 90 ou 120 dias na luta entre preços e salários.

Pior que tudo é o fato de que o governo também não tem solução. Aliás, foi a falta de consenso dentro do governo que levou o presidente José Sarney a pedir esse entendimento que está sendo negociado. A falta de solução nessas reuniões sucessivas serviria apenas para devolver a bola para o próprio governo.

E, nesse caso, o governo teria que tomar uma decisão. Mas que decisão? Já se viu que não há proposta coerente dentro do governo. A área política não se entende com a área econômica e os governadores e outros maiores do PMDB, na falta de uma boa proposta, têm preferido atacar o presidente do Banco Central que, de resto, vem procurando dar um mínimo de consistência à política monetária. A área social só quer gastar e também ataca o quanto pode os ministros da área econômica. Estes também não se entendem sobre pontos essenciais, como política monetária, controle de preços e política salarial (com gatilho e salário mínimo).

De tudo isso, sobra uma certeza: se não houver mesmo uma solução administrada, a própria inflação mais a recessão econômica que certamente a acompanhará se encarregariam de fazer o serviço: de reduzir o consumo, criar excedentes de exportação, diminuir as importações... enfim, de ajustar a economia. Mas o preço político e social seria bastante alto.

Celso Ming